

# Os juros e o cartel bancário

## Diário do Comércio

*Marcos Cintra – 26/04/2006*

A Selic (taxa sobre a qual se forma o custo do dinheiro) vem caindo desde setembro do ano passado, mas os juros cobrados pelos bancos não cedem. O setor bancário segue impondo aos tomadores de crédito elevados spreads. Além disso, a dificuldade em reduzir o custo do crédito tem no oligopólio bancário uma de suas principais causas. Os bancos no Brasil atuam de modo cartelizado. As taxas de juros pouco diferem de uma instituição para outra.

O juro primário no Brasil é o mais alto do mundo, mas os spreads também são os mais elevados do planeta. Os bancos alegam que o problema é o compulsório e a cunha fiscal, que há concorrência no setor e que o spread não é tão alto como se afirma. O argumento carrega uma meia verdade. De fato, o compulsório é alto e os impostos pesam sobre as operações. Porém, no que tange à concorrência, ela se dá em termos de marketing e não por meio de disputas envolvendo preço (juros e tarifas).

Quanto ao spread, os bancos se defendem mostrando um modelo de apuração diferente do tradicional. São três categorias de spread calculadas sobre o capital emprestado. O spread bruto (diferença entre receita de operações de crédito e a de captação) foi calculado em 8%, o spread direto (obtido pela dedução no spread bruto dos tributos e devedores duvidosos) 5,3% e o spread líquido (que subtrai o imposto de renda e a CSLL do spread direto) 1%. Contudo, ainda perdura a questão: se o mesmo conceito fosse calculado para outros países, não revelaria que ele ainda é alto no Brasil?

Desde 2000 o Banco Central vem implementando medidas visando reduzir os juros e o spread bancário, mas o resultado tem sido frustrante. Em várias modalidades de crédito os juros cresceram e onde houve redução ela foi imperceptível. Já o spread aumentou nos seis anos de implementação do projeto.

Em suma, o custo do dinheiro no Brasil continua elevado por conta do cartel bancário. Há outros fatores que pressionam os juros, mas pouco se faz no tocante ao poder dos bancos em definir suas margens. O Banco Central, presidido por um banqueiro, e o governo federal, dependente dos bancos para rolar a dívida pública, se omitem e a classe média segue pensando para pagar mais essa conta escorchante.

---

Marcos Cintra é secretário das Finanças de São Bernardo do Campo